



Apropriação, controle e estrangeirização da terra na América do Sul: uma análise dos atores regionais

Apropiación, control y extranjerización de la tierra en América del Sur: un análisis de los actores regionales

Appropriation, control, and foreignization of land in South America: an analysis of regional actors

Valdemar João Wesz Junior ¹ 

Andrea Patricia Sosa Varrotti ² 

Gabriel Oyhantçabal Benelli ³ 

Resumo

O século XXI tem sido marcado por intensas transformações em nível global, com destaque ao processo de ressignificação da terra e dos recursos naturais nas dinâmicas capitalistas. Entre as principais faces desse movimento está a apropriação de grandes extensões de terra por meio de uma variedade de mecanismos e formas de controle, que a literatura tem reconhecido como “*land grabbing*” ou “*acaparamiento de tierras*”. Parte desta dinâmica tem se dado via o controle da terra por atores estrangeiros que, embora as análises iniciais tenham se centrado nos investidores do Norte no Sul global, estudos recentes reforçam a atuação e a presença dos atores regionais. Este é justamente o foco desta edição especial da Revista Campo - Território, que olha de maneira específica para a atuação destes investidores nas dinâmicas de apropriação, controle e estrangeirização da terra na América do Sul. Este dossiê conta com oito artigos, com autores provenientes de diferentes instituições (nacionais e internacionais) e de várias áreas de formação, que tratam situações de distintos países da região (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Chile, Colômbia e Venezuela) e de variados segmentos (agrícola, pecuário, florestal, imobiliário, entre outros). Ao partir de diferentes casos, temas e perspectivas, os textos mostram que ainda há muitas arestas no tema do *land grabbing* que merecem maior atenção e profundidade.

Palavras-chave: *land grabbing*; estrangeirização de terras; agronegócio; América do Sul.

¹ Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil. E-mail: jwesz@yahoo.com.br

² Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), Argentina. E-mail: andreapatriciasosa@gmail.com

³ Universidad de la República (UDELAR), Uruguai. E-mail: gaboyha@fagro.edu.uy

Resumen

El siglo XXI ha estado marcado por intensas transformaciones a nivel global, destacándose el proceso de resignificación de la tierra y los recursos naturales en las dinámicas capitalistas. Entre las principales facetas de este movimiento se encuentra la apropiación de grandes extensiones de tierra mediante una variedad de mecanismos y formas de control, que la literatura ha conceptualizado como “land grabbing” o “acaparamiento de tierras”. Parte de esta dinámica se ha desarrollado a través del control de tierras por actores extranjeros. Aunque los análisis iniciales se centraron en los inversores del Norte en el Sur global, estudios recientes destacan la actuación y presencia de actores regionales. Este es precisamente el enfoque de esta edición especial de la Revista Campo - Territorio, que analiza específicamente el papel de estos inversores en las dinámicas de apropiación, control y extranjerización de la tierra en América del Sur. Este dossier reúne ocho artículos, con autores provenientes de diferentes instituciones (nacionales e internacionales) y de diversas áreas de formación, que abordan situaciones en distintos países de la región (Brasil, Argentina, Uruguay, Paraguay, Bolivia, Chile, Colombia y Venezuela) y en varios rubros (agrícola, ganadero, forestal, inmobiliario, entre otros). A partir de diferentes casos, temas y perspectivas, los textos muestran que aún existen diversas aristas del “land grabbing” que merecen mayor atención y profundidad.

Palabras clave: acaparamiento de tierras; extranjerización de tierras; agronegocio; América del Sur.

Abstract

The 21st century has been marked by intense global transformations, particularly the process of re-signifying land and natural resources within capitalist dynamics. Among the key aspects of this movement is the appropriation of large tracts of land through a variety of mechanisms and forms of control, recognized in the literature as “land grabbing”. Part of this dynamic has unfolded through land control by foreign actors. While initial analyses focused on investors from the North in the Global South, recent studies highlight the role and presence of regional actors. This is precisely the focus of this special issue of the journal *Campo - Territorio*, which specifically examines the role of these investors in the dynamics of land appropriation, control, and foreignization in South America. This dossier includes eight articles by authors from various institutions (national and international) and fields of expertise, addressing cases in different countries across the region (Brazil, Argentina, Uruguay, Paraguay, Bolivia, Chile, Colombia, and Venezuela) and diverse sectors (agriculture, livestock, forestry, real estate, among others). Drawing on different cases, themes, and perspectives, the texts demonstrate that many facets of the land grabbing phenomenon still warrant greater attention and in-depth analysis.

Keywords: land grabbing; land foreignization; agribusiness; South America.

O século XXI tem sido marcado por intensas transformações econômicas, políticas, institucionais, sociais, tecnológicas e organizacionais. No tema agrário, apesar de diferentes leituras sobre o momento contemporâneo, reconhece-se um conjunto recente de transformações substantivas em nível global, com destaque ao processo de ressignificação da terra e dos recursos naturais nas dinâmicas capitalistas (Harvey, 2003; Kay *et al.*, 2013; McMichael, 2014; Wolford *et al.*, 2024). Conforme Sassen (2013, p. 27, tradução própria), no contexto contemporâneo, a “[...] terra, entendida em sentido amplo, se tornou uma das maiores necessidades do capitalismo avançado - para alimentos e cultivos industriais, lençóis subterrâneos de água, para formas tradicionais e novas de mineração”.

Entre as principais faces desse processo está a apropriação de grandes extensões de terra por meio de uma variedade de mecanismos e formas de controle, que a literatura tem reconhecido como “*land grabbing*” ou “*acaparamiento de tierras*”⁴ (Borras Jr. *et al.*, 2011, 2012; Oyhantçabal; Narbono, 2019; Ramírez, 2019; Romero; Hellmund, 2019; Sosa; Zorzoli, 2021; Cardeillac; Krapovickas; Carámbula, 2024). Ainda que a sua definição não seja consensual, um dos principais delineamentos foi construído por Borras Jr. *et al.* (2012, p. 851, tradução própria), que afirmam que a *land grabbing* contemporânea “é a captura do controle de extensas áreas de terra e outros recursos naturais por meio de uma variedade de mecanismos e formas que envolvem capital em larga escala, frequentemente direcionando o uso dos recursos para a extração, seja para fins internacionais ou domésticos”.

Borras Jr. *et al.* (2012), Sauer e Borras Jr. (2016), entre outros, destacam que esses negócios ganharam muito impulso com as oportunidades abertas no mercado nacional e internacional a partir da convergência de múltiplas crises (alimentar, climática, energética e financeira) em 2007-08, e envolvem desde compra, concessões, arrendamentos até o estabelecimento de contratos de produção ou mesmo a realização de transações ilegais que passam terras públicas para mãos privadas (grilagem). Embora esse fenômeno não seja propriamente novo, ele possui algumas novidades que merecem ser evidenciadas,

⁴ No Brasil o termo foi traduzido como “estrangeirização de terras” (Soyer; Barbosa Jr, 2018; Gomes, 2020), aquisição de terras por estrangeiros (Oliveira, 2010), apropriação de terras por estrangeiros (Sauer; Leite, 2012), controle de terras (Izá Pereira, 2017) e apropriação de terras (Sauer; Borras Jr., 2016). Entretanto, a maioria dos estudos mais recentes têm preferido manter a redação original do inglês, para evitar a perda de sentidos em função da tradução (Bernardes *et al.*, 2017; Boechat; Toledo; Pitta, 2017; Niederle; Wesz Jr., 2018; Wilkinson, 2018; Kato; Leite, 2020; entre outros).

como o rápido aumento no volume das transações, a expansão geográfica e a diversidade de investidores (Sassen, 2016; Wolford *et al.*, 2024).

Uma das faces do processo de *land grabbing* é a apropriação e o controle da terra por atores estrangeiros⁵, que podem ser produtores e proprietários rurais, mas também empresas transnacionais, investidores institucionais (seguradoras e fundos de pensão, previdência, mútuos, de cobertura, soberanos), entre outros (Frederico; Gras, 2017; Sosa; Ramírez; Serpe, 2022; Cuéllar Benavides, 2023). Embora as análises iniciais tenham se centrado nos investidores do Norte global, países ricos em capital/pobres em recursos, que adquiriram terras agrícolas em larga escala nos países do Sul global (Oliveira; McKay; Liu, 2021), estudos recentes reforçam a atuação e presença dos atores regionais.

Este é justamente o foco desta Edição Especial, que olha de maneira específica para a atuação dos atores regionais nas dinâmicas de apropriação, controle e estrangeirização da terra na América do Sul⁶. Esta região é conhecida pela abundância e variedade de recursos naturais, pela desigualdade histórica da distribuição de terras e pelo avanço contínuo da fronteira agrícola (Grain, 2020). Além disso, é um local que segue dispondo de grande “estoque” de áreas “aptas” para o “desenvolvimento” das atividades agropecuárias, tornando-se bastante atrativo para uma grande variedade de investidores (Valoral Advisors, 2024).

Alguns casos ou dimensões desse processo de apropriação e controle das terras por atores regionais já ganhou bastante evidência na América do Sul, com destaque para a presença de produtores rurais brasileiros no Paraguai e na Bolívia (Albuquerque, 2009; Gimenez, 2010; Urioste, 2011; Izá Pereira, 2019; Wesz Jr., 2020, 2024; McKay; Colque, 2021) e para a atuação de empresas agrícolas argentinas conectadas ao capital financeiro no Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia (Guibert *et al.*, 2011; Gras; Hernández, 2013, 2019; Frederico; Gras, 2017; Sosa, 2017; Figueredo; Guibert; Arbeletche, 2019). Apesar deste acúmulo, segue pertinente saber mais acerca da sua situação atual, dado que são processos

⁵ Apesar deste recorte, vale reforçar que *land grabbing* não se limita aos investidores estrangeiros, compreendendo também a presença e a atuação dos atores nacionais, assim como a sua relação com corporações e com o capital financeiro de atuação global (Borras Jr. *et al.*, 2011, 2012; Frederico; Gras, 2017; Sosa; Zorzoli, 2021).

⁶ Para além da América do Sul, outros estudos olharam para a presença de atores regionais no controle das terras em diferentes países, como os investidores chineses no Camboja, Laos e Myanmar (Grimsditch, 2017), a atuação de corporações europeias na Ucrânia (Plank, 2013), a existência de atores sul-africanos nos países da África Subsaariana (Hall, 2012), entre outros casos.

dinâmicos que se modificam rapidamente no tempo e no território. Além disso, há outras dinâmicas que ainda estão pouco exploradas, como a presença das corporações chilenas com produção florestal que controlam terras em diferentes países da região, a saída de investidores uruguaios em busca de terras no Chaco paraguaio ou a presença de atores brasileiros com investimentos fundiários e produtivos na Altillanura colombiana. Também merecem maior atenção o movimento de saída/retorno de alguns capitais e os novos focos de investimentos, apropriando-se inclusive da narrativa da agenda ambiental.

Além disso, faltam espaços de divulgação do debate científico que olhem para o processo de *land grabbing* por atores regionais de maneira correlata. Em função disso, consideramos de extrema relevância trazer este tema para uma edição especial da Revista Campo-Território⁷, seja pela sua centralidade para os debates agrários, seja pela possibilidade de ter em uma mesma edição distintas dinâmicas de apropriação, controle e estrangeirização da terra na América do Sul por atores regionais. Mesmo com artigos que partem de diferentes casos, temas e perspectivas, é possível perceber as suas variações, similaridades e complementaridades em termos de temporalidade, formas de controle da terra, dimensão fundiária, foco dos investimentos, perfil dos investidores, lógica operativa, estratégias de negócios e conflitos sociais derivados dos investimentos.

O artigo que abre esta edição especial, de autoria de Karina Yoshie Martins Kato, Jessica Siviero Vicente e Sergio Pereira Leite, trata do tema da estrangeirização de terras no Brasil contemporâneo, abarcando tanto reflexões teórico-metodológicas assim como os seus desdobramentos nos territórios. A partir de uma aprofundada e atualizada revisão de literatura e da construção de novos instrumentos metodológicos para captar esse fenômeno, os autores identificam e analisam 224 casos de empresas, companhias de capital aberto ou fundos de investimento, que tem a participação de capital estrangeiro em sua composição, e que são proprietários de terras ou controlam terra no Brasil entre 2017 e 2020. Estas empresas abarcam cerca de 9,1 milhões de hectares, número três vezes maior do que as estimativas oficiais do Estado brasileiro. A partir desse mapeamento, adentra-se nas atividades desenvolvidas, no perfil dos atores, nas formas utilizadas para se apropriarem de terras, no período de início das atividades, nos países

⁷ Vale comentar que a Revista Campo-Território já produziu um dossiê sobre *land grabbing* em 2016, o qual aportou uma importante contribuição ao debate (<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/1380>).

de origem dos investidores, entre outras características. Os autores também trazem alguns casos de estrangeirização cujos atores provêm de outros países latino-americanos, sendo a Brasilagro um deles.

A Brasilagro, filial brasileira da empresa argentina Cresud, é o foco do segundo artigo desta Edição Especial. Samuel Frederico e Rodrigo Cavalcanti do Nascimento analisam a gênese e as estratégias transfronteiriças de acumulação da Brasilagro. O artigo destaca como a aliança entre grandes empresas argentinas e o capital financeiro impulsionaram uma expressiva expansão territorial, atravessando fronteiras e fazendo uso de lógicas especulativas em suas estratégias de valorização das propriedades agrícolas. Além disso, o texto sublinha que a financeirização é uma dinâmica essencial do desenvolvimento capitalista, evidenciando a interdependência entre o capital rentista e o produtivo, bem como o esforço para transformar a terra em um ativo financeiro. Hoje a Cresud é a maior proprietária de terras na Argentina, com ativos fundiários no Brasil, Paraguai e Bolívia.

A atuação de empresas argentinas no Uruguai é o foco do terceiro artigo, visto que no início do século XXI o país experimentou a chegada expressiva de produtores da Argentina, com uma significativa capacidade de investimento financeiro e inovação organizacional, que lhes permitiu rapidamente acessar e controlar a terra e a produção de grãos. Pedro Arbeleche e Martine Guibert, a partir de uma pesquisa de longo prazo, com 25 anos de entrevistas realizadas no tema, enfocam a análise nas características do modelo produtivo introduzido pelas grandes empresas argentinas e nas repercussões para a agricultura uruguaia. Trata-se de um olhar sumamente relevante porque, ao acompanhar esse fenômeno ao longo do tempo, é possível perceber diferentes dinâmicas e movimentos com o passar dos anos, que incluem tanto o processo de chegada, consolidação e até a retração das empresas argentinas no controle da terra e produção de grãos no Uruguai.

O quarto artigo olha para o caso uruguaio não como local de aterrissagem de empresas estrangeiras, mas como local de saída destes capitais para outros países, especificamente para o Chaco paraguaio. Esse fenômeno, que inclusive tem conexão com a chegada das empresas argentinas no Uruguai, é trabalhado por Gabriel Oyhantçabal Benelli, Soledad Figueredo Rolle, Lucia Sabia Suárez e Valdemar João Wesz Junior. Em diálogo com os debates contemporâneos sobre os processos de expansão do capital e da

fronteira de *commodities*, este artigo adentra nos motivos que tornam o Chaco paraguaio um destino atrativo para investimentos regionais e nos fatores que estimularam a expansão do capital uruguaio neste local. A análise oferece uma reconstrução de três temporalidades (chegada, expansão e consolidação) nas quais se distinguem as estratégias adotadas pelos capitais uruguaios, que expressam mudanças no contexto empresarial em nível regional e nacional. Na linha desta Edição Especial, os autores concluem que “los capitales del Sur pueden ser protagonistas activos de este proceso de acaparamiento de tierras, capitalizando los altos precios de la tierra en sus países de origen y las oportunidades de negocios que ofrecen las fronteras de *commodities* en contextos de expansión de los agronegocios”.

O quinto artigo, de Lorena Izá Pereira, também tem como foco o Paraguai, palco de sucessivos regimes de controle do território por estrangeiros, sendo que o país continua ocupando destaque na lista daqueles com a maior concentração fundiária do globo. O objetivo do artigo é debater sobre a atualidade do processo de controle do território paraguaio, verificando se a agenda ambiental tem promovido um novo regime de controle do território no país, dado que, com a aceleração das mudanças climáticas e a institucionalização da questão ambiental, tem-se promovido a criação de narrativas para justificar o controle de novos territórios e o estabelecimento de novos mercados. A autora conclui que a narrativa da agenda verde pautada nas mudanças do clima foi apropriada pelo Estado e pelos agentes privados que controlam o território, mas esta nova narrativa não tem reverberado, até o momento, em renovadas estratégias de acesso e controle e nem em novas territorialidades, sendo que o controle do território não tem sido efetivado de modo sustentável a partir de práticas ditas “verdes”.

Fernando Romero Wimer e Paula Fernández Hellmund, por sua vez, analisam a expansão das empresas transnacionais florestais chilenas e examinam sua relação com os processos de conflito socioambiental na América do Sul, considerando a apropriação de terras gerada pela dinâmica capitalista e pelos mecanismos de controle. Para tanto, os autores estudam as origens das três maiores transnacionais florestais chilenas - Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones (CMPC), Arauco e Masisa - e o processo de expansão destas empresas a nível global, destacando a sua atuação na América do Sul (Chile, Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela). As principais conclusões mostram a adoção de mecanismos jurídico-políticos e econômicos para o

controle das terras e para a expansão de empresas, além da adoção de diferentes estratégias empresariais diante do conflito socioambiental.

No sétimo artigo desta Edição Especial, Delia Concepción Ramirez aprofunda esta discussão a partir de um território específico. A autora caracteriza as formas de acesso e controle de recursos implementadas pela empresa florestal chilena Arauco na região do Alto Paraná, em Misiones (Argentina), com foco nos mecanismos de apropriação de terras, que nesse caso também envolvem propriedade estrangeira e a dinâmica global ligada ao modelo de agronegócio florestal. Com base em uma extensa pesquisa etnográfica, a autora desvenda um conjunto de práticas materiais e simbólicas que reforçam a presença da empresa transnacional no território local, indicando que seus padrões de controle são fundamentais para os processos contemporâneos de “*acaparamiento de tierras*”.

Esta sessão especial da Revista Campo-Território finaliza com o artigo de Juanita Cuéllar Benavides e Afonso Henrique de Menezes Fernandes, olhando para a Colômbia, em específico a região da Altillanura, que tem sido identificada como a área com maior potencial de expansão agroindustrial do país, o que tem levado diversos atores a chamá-la de “Cerrado colombiano”, em alusão à principal região de expansão do agronegócio brasileiro e ao papel que o Brasil pode desempenhar em termos de cooperação técnica e investimento para impulsionar o potencial produtivo da região. O artigo estuda justamente a expansão do modelo de agronegócio do Cerrado brasileiro em direção à Altillanura, analisando a forma como o Brasil se apresenta como referência técnico-produtiva, política e simbólica para o desenvolvimento de transformações nesta região. Os autores também apresentam duas grandes empresas brasileiras, Mónica Semillas e Grupo Scheffer, que têm apostado nesse território como frente para a expansão de seus negócios. Comparativamente aos outros casos, este é um movimento mais recente e que, certamente, ganhará “novos capítulos” nos próximos anos.

Os oito artigos presentes nesta edição contribuem substantivamente com as premissas desta Edição Especial. Todos os autores, provenientes de diferentes países e de distintas áreas de formação, têm vasta experiência com pesquisas no tema, brindando textos aprofundados e densos, mostrando que ainda há muitas arestas no tema do *land grabbing* que merecem maior atenção e profundidade. Além disso, os textos tratam situações de diferentes países da região (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia,

Chile, Colômbia e Venezuela) e empresas de variados segmentos (agrícola, pecuário, florestal, imobiliário, entre outros). Não menos importante é a diversidade de caminhos metodológicos trabalhados nos diferentes artigos, como revisão bibliográfica, pesquisa documental, sistematização de notícias em jornais de grande circulação, análise de discurso e tabulação de dados estatísticos, além de pesquisas de campo com a condução de entrevistas com atores-chaves, bem como pesquisa participante e etnografia.

Desejamos uma ótima e inspiradora leitura, seja para avançar nos estudos sobre *land grabbing* na América do Sul, seja para impulsionar novas questões de pesquisa e aprofundamentos teóricos-analíticos.

Referências

ALBUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais. **Horizontes antropológicos**, v. 15, p. 137-166, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000100006>

BERNARDES, J.A. *et al.* (org.) **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil**. Lamparina: Rio de Janeiro, 2017.

BOECHAT, C. A.; TOLEDO, C. A.; PITTA, F. T. Land grabbing e crise do capital: possíveis interseções dos debates. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 75-91, 2017. DOI : <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13801>

BORRAS Jr., S. M. *et al.* Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 209-216, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.559005>

BORRAS Jr., S. M. *et al.* Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 845-872, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.679931>

CARDEILLAC, J.; KRAPOVICKAS, J.; CARÁMBULA, Matías. Extractivismo y agronegocio: las caras del acaparamiento en América Latina. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 37, n. 55, 2024.

CUÉLLAR BENAVIDES, J. El modelo del agronegocio y su expansión en la región de la Altillanura colombiana. **Revista Campo-Território, Uberlândia**, v. 18, n. 50, p. 1–25, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT185068898>

FIGUEREDO, S.; GUIBERT, M.; ARBELETCHÉ, P. Ciclo sojero y estrategias de los actores de la producción agropecuaria en el litoral uruguayo. **Eutopía**, n. 16, p. 99-118, 2019. DOI <https://doi.org/10.17141/eutopia.16.2019.4103>

FREDERICO, S.; GRAS, C. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, J. A. *et al.* (org.) **Globalização do agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Lamparina: Rio de Janeiro, p. 12-31, 2017.

GIMENEZ, H. M. **O desenvolvimento da cadeia produtiva da soja na Bolívia e a presença brasileira**: uma história comum. 2010. Tese de Doutorado. USP, 2010.

GOMES, C. M. P. **A formação de um novo mercado global de terras no Brasil**: land grabbing e “última fronteira agrícola”- MATOPIBA. Tese de Doutorado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2020.

GRAIN. **Cercas Digitais**: cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul. Brasil: Grain, 2020.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (org.) **El agro como negocio**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2013.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. **Radiografía del nuevo campo argentino**: del terrateniente al empresario transnacional. Siglo XXI editores, 2019.

GRIMSDITCH, M. **Chinese agriculture in Southeast Asia**: investment, aid and trade in Cambodia, Laos and Myanmar. Phnom Penh (Cambodia): Henrich Böll Stiftung Southeast Asia, 73, 2017.

GUIBERT, M. *et al.* De Argentina a Uruguay: espacios y actores en una nueva lógica de producción agrícola. **Pampa**, n. 7, p. 13-38, 2011.
DOI: https://doi.org/10.14409/pampa.v1i7_sup.3202

HALL, R. The next Great Trek? South African commercial farmers move north. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 823-843, 2012.
DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.677037>

HARVEY, D. **O “novo” Imperialismo**: acumulação por espoliação. Nova Iorque: Oxford, 2003.

IZÁ PEREIRA, L. Estrangeirização da terra: (des)construindo uma definição a partir da geografia. **Revista NERA**, n. 36, p. 107-132, 2017.
DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i36.5219>

IZÁ PEREIRA, L. **“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”**: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Tese de Doutorado. UNESP, Presidente Prudente, 2019.

KATO, K. Y. M.; LEITE, S. P. Land grabbing, finaceirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 452-483, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12506>

KAY, C. *et al.* Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos clave en América Latina. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, v. 38, n. 1er semestre de 2013, p. 75-103, 2013.

MCKAY, B. M.; COLQUE, G. Extractive dynamics of agrarian change in Bolivia. In: **Agrarian Extractivism in Latin America**. Routledge, 2021. p. 45-63.
DOI: <https://doi.org/10.4324/9780367822958-3>

MCMICHAEL, P. Rethinking land grab ontology. **Rural Sociology**, v. 79, n. 1, p. 34-55, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/ruso.12021>

NIEDERLE, P. A.; WESZ Jr., V. J. **As novas ordens alimentares**. Editora da UFRGS, 2018.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil-um retorno aos dossiês. **Agrária**, n. 12, p. 3-113, 2010.
DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i12p3-113>

OLIVEIRA, G. L. T.; MCKAY, B. M.; LIU, J. Beyond land grabs: new insights on land struggles and global agrarian change. **Globalizations**, v. 18, n. 3, p. 321-338, 2021.
DOI: <https://doi.org/10.1080/14747731.2020.1843842>

OYHANTÇABAL, G.; NARBONDO, I. Land grabbing in Uruguay: New forms of land concentration. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 40, n. 2, p. 201-219, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/02255189.2018.1524749>

PLANK, C. Land grabs in the black earth: Ukrainian oligarchs and international investors. **Land Concentration**, n. 184, 2013.

RAMÍREZ, D. C. Más allá del despojo. Un análisis de las dinámicas del agronegocio forestal y las percepciones de los despojados en el Alto Paraná misionero (Argentina). **Población & Sociedad**, v. 26, n. 2, p. 87-111, 2019.
DOI: <https://doi.org/10.19137/pys-2019-260204>

ROMERO, F.; HELLMUND, F. Arauco: Transnacionalización del capital y conflicto social en Misiones. In: COSTANTINO, A. (org.) **Fiebre por la tierra. Debates sobre el land grabbing en Argentina y América Latina**. Editorial Colectivo, 2019.

SASSEN, S. Land grabs today: Feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.
DOI: <https://doi.org/10.1080/14747731.2013.760927>

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 873-898, 2012.
DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.686492>

SAUER, S.; BORRAS Jr., S. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território**, v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT112301>

SOSA, A. P.; ZORZOLI, F. M. Temporalidades del acaparamiento de tierras: agronegocios y acumulación antes, durante y después del boom de commodities (Argentina, 1996-2020). **Estudios Rurales**, v. 11, n. 22, p. 1-18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.48160/22504001er22.50>

SOSA, A. P. **El papel de las megaempresas agropecuarias en la financiarización del régimen alimentario global**: los casos del Grupo Los Grobo y El Tejar en Argentina y en Brasil (1996-2015). Tese de Doutorado. UBA/UT2J, Buenos Aires, 2017.

SOSA, A. P.; RAMÍREZ, D. C.; SERPE, P. C. Land grabbing and agribusiness in Argentina: five critical dimensions for analysing corporate strategies and its impacts over unequal actors. **Review of Agricultural, Food and Environmental Studies**, v. 103, n. 4, p. 417-437, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s41130-022-00182-2>

SOYER, G. A.; BARBOSA Jr., R. Estrangeirização de terras nas Relações Internacionais do Brasil. **Contextualizaciones Latinoamericanas**, v. 1, n. 18, 2018.

URIOSTE, M. Concentración y extranjerización de la tierra en Bolivia. **La Paz: Fundación Tierra**, 2011.

VALORAL ADVISORS. **Cultivating value**: consolidation trends in the global food and agriculture investment management space. Buenos Aires, 2024.

WESZ Jr., V. J. Caminhos e dinâmicas contemporâneas dos produtores e proprietários rurais de origem brasileira no Paraguai. **Revista NERA**, v. 23, p. 90-116, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i53.7152>

WESZ Jr., V. J. Ciclos de acaparamiento de tierra en Paraguay. Análisis de la presencia brasileña. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 37, n. 55, e207, 2024.

WILKINSON, J. Land grabbing e estrangeirização de terras no Brasil. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**: conjunturas e políticas públicas. E-papers: Rio de Janeiro, 2018, p. 12-19.

WOLFORD, W. W. *et al.* Global land deals: what has been done, what has changed, and what's next? **The Journal of Peasant Studies**, p. 1-38, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2024.2325685>